



Processo nº 13161.721102/2014-75

Recurso Voluntário

Resolução nº 2402-000.834 – 2^a Seção de Julgamento / 4^a Câmara / 2^a Turma
Ordinária

Sessão de 3 de junho de 2020

Assunto SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA

Recorrente OLIVIO ACOSTA

Interessado FAZENDA NACIONAL

RESOLUÇÃO
RESOLVEM OS MEMBROS DO COLEGIADO, POR VOTO DE QUALIDADE, EM CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA PARA QUE A UNIDADE DE ORIGEM DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL PRESTE AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, NOS TERMOS DO VOTO QUE SEGUDE NA RESOLUÇÃO, CONSOLIDANDO O RESULTADO DA DILIGÊNCIA, DE FORMA CONCLUSIVA, EM INFORMAÇÃO FISCAL QUE DEVERÁ SER CIENTIFICADA AO CONTRIBUINTE PARA QUE, A SEU CRITÉRIO, APRESENTE MANIFESTAÇÃO EM 30 (TRINTA) DIAS. VENCIDOS OS CONSELHEIROS GREGÓRIO RECHMANN JÚNIOR, RENATA TORATTI CASSINI, RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS E ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA, QUE REJEITARAM A CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. O CONSELHEIRO GREGÓRIO RECHMANN JÚNIOR ENTENDEU QUE DEVERIA TER SIDO APPLICADO O DISPOSTO NO ART. 19-E DA LEI Nº 10.522/2002, ACRESCIDO PELO ART. 28 DA LEI Nº 13.988/2020. O JULGAMENTO DESTE PROCESSO SEGUIU A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS, APPLICANDO-SE O DECIDIDO NO JULGAMENTO DO PROCESSO 13161.721101/2014-21, PARADIGMA AO QUAL O PRESENTE PROCESSO FOI VINCULADO.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira, Denny Medeiros da Silveira (Presidente), Francisco Ibiapino Luz, Gregório Rechmann Júnior, Luís Henrique Dias Lima, Márcio Augusto Sekeff Sallem, Rafael Mazzer de Oliveira Ramos e Renata Toratti Cassini.

Relatório

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos, prevista no art. 47, §§ 1º e 2º, Anexo II, do Regulamento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, e, dessa forma, adoto neste relatório excertos do relatado na Resolução nº 2402-000.833, de 3 de junho de 2020, que lhe serve de paradigma.

A Autoridade Julgadora rejeitou a pretensão do recorrente de ter reduzida a área do imóvel de 1.261,5 ha para 482,8 ha, por erro no preenchimento da DITR, pela perda da espontaneidade com o início do procedimento administrativo de revisão interna.

Com relação ao VTN arbitrado com base no SIPT/RFB, considerou ser matéria não impugnada, segundo o art. 17 do Decreto nº 70.235/72 e julgou improcedente a impugnação.

Recurso voluntário apresentado.

O recorrente narra ser proprietário da Fazenda Bocaiuva I, adquirida por doação com Ramona Izabel Troche e Heleodoro Acosta. Da área total de 1.261,5162 ha, possuía 1/3, referente a 420,5054 ha e mais 63 ha adquiridos da matrícula 2539, que integrou a matrícula 9908 (área 482,8278 ha), indevidamente cadastrada e declarada no ITR.

A defesa menciona que o sujeito passivo faleceu em 19/11/2012.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Denny Medeiros da Silveira, Relator.

Como já destacado, o presente julgamento segue a sistemática dos recursos repetitivos, nos termos do art. 47, §§ 1º e 2º, Anexo II, do RICARF, desta forma reproduzo o voto consignado na Resolução nº 2402-000.833, de 3 de junho de 2020, paradigma desta decisão.

O Recurso Voluntário apresentado é tempestivo e dele tomo conhecimento por atender as demais formalidades legais.

A Notificação de Lançamento referente ao ITR, exercício 2009, chegou ao conhecimento do contribuinte em 7/10/2014, tendo majorado o Valor da Terra Nua (VTN) em comparação à apuração feita pelo contribuinte quando da entrega de sua DITR.

Houve, por parte do contribuinte, apuração de imposto devido de R\$ 5.116,96, mas não existe, nos autos, a prova do recolhimento.

O art. 1º da Lei n. 9.393/96 estabelece que o fato gerador do ITR é a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel rural em 1º de janeiro de cada ano.

Pela regra da decadência do art. 173, I, do CTN, o lançamento não estaria decaído. Do contrário, pela regra do art. 150, § 4º, do CTN, sim, pois o termo *ad quem* era em 1/1/2014.

A regra a ser aplicada depende da comprovação do pagamento do tributo apurado, nos termos da Súmula STJ nº 555:

Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

Assim, entendo que o processo ainda não se encontra em condições de ter um julgamento justo, razão pela qual voto no sentido de ser convertido em diligência a fim de que a repartição de origem **ateste** a existência ou não do pagamento antecipado do imposto apurado na DITR/2009, no valor de R\$ 5.116,96, e, caso afirmativo, **junte** as telas dos sistema de cobrança que evidenciem isto, dando-se vista ao recorrente para, querendo, pronunciar-se. Após vencido o prazo, os autos deverão retornar a este Colegiado para inclusão em pauta de julgamento.

CONCLUSÃO

Importa registrar que nos autos em exame a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigmática, de tal sorte que, as razões de decidir nela consignadas, são aqui adotadas.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do anexo II do RICARF, reproduzo o decidido na resolução paradigmática, no sentido de converter o julgamento em diligência para que a Unidade de Origem da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil preste as informações solicitadas, nos termos do voto que segue na resolução, consolidando o resultado da diligência, de forma conclusiva, em Informação Fiscal que deverá ser científicamente ao contribuinte para que, a seu critério, apresente manifestação em 30 (trinta) dias.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira